

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FAMÍLIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

SARA GOMES VENANCIO MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FAMÍLIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Wanderléa Mendes Guedes

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sara Gomes Venancio Melo

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FAMÍLIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:
Prof. Nome completo do Professor – Avaliador
Wanderléa Mendes Guedes – Orientadora
Sara Gomes Venancio Melo Cursista
Outsidu

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família que sempre acreditou que seria capaz de produzir este trabalho e a todos que foram meus alunos ao longo de quase trinta anos de carreira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus pais pela vida, pois sem ela nada seria possível e ao Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por me mostrar que mesmo depois de quase trinta anos de carreira ainda podemos fazer uma escola pública que oferece educação de qualidade.



RESUMO

O Presente trabalho "Família e escola de Educação Infantil, desafios e possibilidades" apresenta considerações sobre a necessidade de incentivar a participação dos pais no processo educativo da Escola Municipal Gente Inocente. É uma escola de educação infantil, onde a comunidade apresenta dificuldade de participar da vida educacional de seu filho, pois a maioria das crianças passa apenas um ano na escola. Sobretudo, as tomadas de decisões com representantes de todos os envolvidos no processo educacional estão garantidas no Projeto Político Pedagógico da escola. Porém, se faz urgente que a equipe consiga garantir o máximo de participantes nas tomadas de decisão.

Palavras-chave: família, escola, participação, gestão democrática, educação infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	80
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FAMÍLIA,DESAFIOS E	
POSSIBILIDADES	09
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS	14
ANEXO- Projeto Político Pedagógico	15

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Gente Inocente já possuía Projeto Político Pegagógico - PPP. A reelaboração dele baseou-se nas orientações do Curso de Especialização em Gestão Escolar Escola de Gestores e não foi fácil pois quase nada pode ser aproveitado. A escola apresenta uma realidade em que mais de setenta por cento de nossas crianças moram fora do bairro onde a escola está situada e vem para a escola de transporte escolar, por isso alguns pais passam o ano inteiro sem conhecer a professora de seu filho. Os pais trabalham durante o dia, então a participação deles nas tomadas de decisão é muito difícil.

Considerando que os alunos da escola possuem quatro e cinco anos e para muitos deles é a primeira experiência em escola, a participação da família é fundamental para garantir que o processo ensino aprendizagem ocorra de maneira tranquila e eficaz.

Assim o tema Família e Escola na Educação Infantil foi escolhido por perceber a importância da participação da família dentro da gestão democrática. Os pais precisam saber tudo que envolve o projeto educacional, qual a finalidade da escola, a visão de criança, a proposta pedagógica, conhecer o currículo enfim participar elaboração do PPP.

Acreditamos que a ampla divulgação pela escola do trabalho a ser desenvolvido, o envolvimento, o comprometimento e a participação dos pais no gerenciamento do processo educacional da escola será uma consequência. Acreditamos que esta parceria trará benefícios para a escola e para as crianças.

Assim, este trabalho tende a apresentar propostas para incentivar a maior participação da família na construção da vida educacional de seus filhos.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FAMÍLIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A escola de educação infantil possui características singulares. Por ser muitas vezes o primeiro contado das crianças com escola, é aqui que descobrem que têm direitos e deveres. O professor precisa estar preparado para formar hábitos e informar, preparando as crianças para o resto de sua vida escolar.

Na década de 90 criou-se uma nova concepção de criança, ela passou a ser vista como portadora de direitos foi criado o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº9394/96, eleva a Educação Infantil ao nível de educação básica e a coloca como responsabilidade do município.

Diante deste cenário de introdução da criança ao patamar de cidadã a escola Gente Inocente começou a buscar com a família alternativa para garantir educação de qualidade para seus alunos. Em 1995 criou-se o primeiro Projeto Político Pedagógico - PPP com participação tímida da família e tem sido pouco expressiva desde então.

A divulgação do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), em 1988, aponta o desejo de qualificar a educação infantil oferecida a crianças de 0 a 6 anos. Na década de 90 a Escola Gente Inocente mantinha um grupo de estudo onde participavam apenas professores que se reunia quinzenalmente e com isso houve amplo conhecimento do RCNEI, porém a família era ainda mantida distante de todas as mudanças.

A partir de 2012 com a equipe de gestores eleita de forma democrática passou-se a ter uma maior percepção de que se a família precisa participar das mudanças da elaboração da proposta pedagógica, pois assim ela compreenderá e terá oportunidade de caminhar junto, propor ações, enfim enriquecer o processo de educativo. A equipe crê que é preciso quebrar o paradigma que com pais na escola educação não se efetiva, precisamos educá-los também.

Como garantir essa participação, esse caminhar e sonhar juntos? Esta será a questão que discutiremos a seguir.

O presente trabalho "Escola de educação infantil e família, desafios e possibilidades" nos remete a pensar que os desafios da educação nesta faixa etária são inúmeros.

Para começar, os pais não conhecem as características do desenvolvimento infantil desta faixa etária e algumas crianças chegam sem as dificuldades de socialização, outros com deficiência visual, desnutridos, problemas motores, síndromes e patologias ligadas a disfunção cerebral e muito sem limites nenhum.

Aumentar a oferta de vagas também é um desafio, pois a escola não comporta um grande número de crianças devido ao pouco espaço físico. Outro desafio é a formação continuada e valorização salarial, não oferecendo condições de trabalho adequadas aos profissionais da Educação Infantil. O poder público precisa cumprir com sua obrigação, pois, a educação infantil é um direito da criança e da família e um dever do Estado, concretizado na Constituição Federal de 1988, art. 208-IV.

Diante destes desafios quais seriam então as possibilidades?

O trabalho com crianças de 4 e 5 anos abre um leque de possibilidades. Como este possivelmente será o primeiro contato com escola tanto de pais como das crianças, a escola tem a chance de começar este relacionamento da forma correta. Com cada um exercendo seu papel, escola, família e criança. Temos a oportunidade de com a gestão democrática unir forças e buscar alternativas para promover educação de qualidade.

A escola deve ter objetivos muito mais elevados: - formar cidadãos íntegros, que venham ser úteis à comunidade e capazes de dirigir os destinos da pátria, ou seja, trabalhar com pessoas e suas diferenças individuais. (GONÇALVES, 2001, p.24)

Gonçalves nos lembra que os gestores representam os interesses da comunidade escolar, e deve garantir que a formação dos alunos deve ter um padrão elevado, pois mesmo sendo uma escola pública deve ter um referencial elevado e deve considerar as individualidades dos alunos. Isso será possível tendo a família caminhando lado a lado com a escola.

A democracia não surge por acaso, bem como escolas democráticas. Resultam de muitas lutas, conflitos, esperanças de uma sociedade, de escolas alternativas. Vale salientar que compreendemos a participação como processo em que todos aqueles diretamente envolvidos têm o direito de tomar decisões no interior de uma dada organização. (JAPECANGA, 2001, p.46)

Partindo dessa afirmação de Japecanga, concluímos que é preciso criar espaços onde os pais terão oportunidade de entender o processo educacional e se descobrir enquanto parte importante dentro desse processo. A gestão democrática precisa se efetivar e fazer jus ao nome democrático que possui. Com esse trabalho, propomos elaborar uma o primeiro final de semana pedagógico, seria uma Escola de Pais.

A Escola de Pais Gente Inocente será um espaço onde a escola de educação infantil e família descobrirão o que tem juntos e será mais fácil vencer os desafios, descobrirão quais as possibilidades de produzirem educação de qualidade para nossas crianças.

A proposta deste trabalho terá ações como palestras, onde profissionais especializados irão falar sobre desenvolvimento infantil, higiene corporal e dos alimentos, vacinas, orientações sobre formação e atuação do conselho escolar e sua importância na escola, a construção e avaliação permanente da proposta pedagógica, esclarecimentos sobre o direito da educação infantil através de leis, regimentos, estatutos, etc.. Esses temas serão trabalhados em oficinas e palestras e outros poderão ser propostos a partir de necessidade e interesse das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou constatar que a Escola Gente Inocente possui uma gestão que se preocupa em buscar a participação dos pais no processo educacional, porém apresenta dificuldade de garantir a participação efetiva dos pais no processo educativo.

O "Trabalho escola de educação infantil e família, desafios e possibilidades" nos apresenta os desafios e expectativas de trabalhar com crianças de 4 e 5 anos numa escola pública que se preocupa em oferecer educação de qualidade.

Nosso interesse em investigar o Processo de Tomada de Decisão decorre por ser um tema até então desafiador dentro da nossa perspectiva profissional, pois entendemos que tomar decisão dentro do processo de gestão é algo que faz parte do cotidiano de todo gestor e como futuros gestores, entendemos que existe a necessidade de nós estarmos capacitados para tomarmos as mais corretas e coerentes decisões. (GONÇALVES, 2001, p.24)

Gonçalves afirma que os gestores precisam possuir competência técnica para tomar decisões que trarão benefícios para toda comunidade escolar e o Curso de Especialização em Gestão Escolar - Escola de Gestores tem ajudado no sentido de direcionar para um estudo sobre cada eixo que compõem o Projeto Político Pedagógico e que o processo escolar deve ser pautado na democracia e que todo resultado deve ser através de uma ação coletiva. E acreditando que tal processo implica discutir a participação da comunidade escolar na definição de suas políticas e de seus projetos educacionais é que propomos este trabalho.

Nosso interesse em investigar a Tomada de Decisão na Administração Escolar, por ser um tema, até então desafiador, dentro da nossa perspectiva profissional, por entendermos que tomar decisão dentro do processo de gestão é algo que faz parte do cotidiano de todo gestor, e como futuros gestores, entendemos que existe a necessidade de estarmos de posse de gama de informações, possamos desempenhar com precisão e coerência as decisões pertinentes aos processos em questão. (GONÇALVES, 2001, p.15)

Considerando a afirmação de Gonçalves o gestor precisa estar ciente de seu papel enquanto mediador de conflitos e incentivador da participação de todos na tomada de decisão na administração escolar, pois coma construção do PPP seguindo as orientações da Escola de Gestores ficou latente que a participação da família é primordial para o sucesso da educação.

Reafirmando o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Gente Inocente (2012,p.05),

Com a participação efetiva da família na elaboração do PPP, a escola deixa claro que a gestão democrática vai além da eleição direta para diretor. A participação nas decisões e o caminhar junto com a equipe da escola durante o processo educativo garantem a busca por uma educação de qualidade.

Por isso, percebemos que esse trabalho é apenas um começo. A participação de todos os segmentos e família na gestão da Escola de Pais Gente Inocente precisa ser efetivada o mais rápido possível para que todos os atores envolvidos no processo educacional cumpram seu papel com maestria. Envolvendo pais, alunos, professores e gestores na busca de educação de qualidade na escola pública fará com que os dirigentes municipais se mobilizem também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/. Acesso em 25/03/13

IPATINGA, Projeto Político Pedagógico, Ipatinga: Escola Municipal Gente Inocente

KRAMER, Sonia, **A política do pré- escolar no Brasil: a arte do disfarce.** Rio de Janeiro, 1982, 89 p.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÂO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

BRASIL, Secretaria de Educação. **Referencial Nacional Curricular da Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto. Volume 1. Brasília: MEC/SEF, 1988

_____, LDBEN nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei **de Diretrizes e Bases da Educação.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. de 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação. **Parâmetros para a Educação Infantil,** Ministério da Educação e do Desporto. Volume 1. Brasília: MEC/SEF, 2006.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESCOLA MUNICIPAL GENTE INOCENTE

SARA GOMES VENANCIO MELO

BELO HORIZONTE, 2013 SARA GOMES VENANCIO MELO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESCOLA MUNICIPAL GENTE INOCENTE

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Wilma A. Soares Luna do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013 SUMÁRIO

INTF	RODUÇÃO	04
1.	FINALIDADES DA ESCOLA	06
2.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
	2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	07
	2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	08
3.	CURRÍCULO	11
4.	TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	13
5.	PROCESSOS DE DECISÃO	15
6.	RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7.	AVALIAÇÃO	19
CON	ISIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS		

INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta propostas a serem implementadas durante a gestão da equipe diretiva no período de 2013/2015, considerando a necessidade legal da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional: professores, funcionários técnico-administrativos e pais dos alunos.

Este Projeto Político Pedagógico pertence à Escola Municipal Gente Inocente, situada à Rua Vanádio, 27, bairro Imbaúbas, Ipatinga, MG. A escola atende 196 crianças de 5 anos no turno matutino e 172 crianças de 4 anos no turno vespertino, atendendo 368 crianças no total. Dentro destes alunos citados, 24 frequentam a sala de Atendimento Educacional Especializado no contraturno. A escola pertence a rede municipal de ensino, funciona em turnos com duração de quatro horas e possui nove turmas em cada turno, quatorze docentes, uma Coordenadora Pedagógica, Diretora e vice diretora.

A escola possui salas de aula amplas e arejadas. Espaço externo com bastante sombra. O quadro de professores está completo. Os recursos tecnológicos que a escola possui permitem realizar um trabalho de qualidade.

A escola atende crianças de vários bairros da cidade e de diferentes poder aquisitivo, pois a oferta de educação infantil no município ainda é pequena.

A primeira versão do PPP da Escola Municipal Gente Inocente foi elaborado em 1995, com a participação de funcionários da escola e pais, atendendo a uma solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

PPP que é uma conquista garantida na constituição de 1988, referendado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /96, deve considerar a realidade brasileira atual da educação e faz parte da gestão democrática do ensino público (AZEVEDO, 2002, p.02).

Baseada nesta afirmação, nos últimos dois anos a Escola Gente Inocente tem oferecido horários de reuniões alternativos, buscando garantir a participação efetiva na análise e reelaboração do PPP. Pois, com isso, o esforço para que a educação seja oferecida com qualidade será compromisso de todos os envolvidos no processo educativo. Antes da elaboração do PPP foi enviado uma pesquisa às famílias para que a escola conhecesse aspectos relacionados à composição das famílias, poder

aquisitivo, grau de instrução dos responsáveis, disponibilidade para participar das reuniões e qual era a expectativa deles com relação a escola, que tipo de escola queriam.

Com a participação efetiva da família na elaboração do PPP, a escola deixa claro que a gestão democrática vai além da eleição direta para diretor. A participação nas decisões e o caminhar junto com a equipe da escola durante o processo educativo garantem a busca por uma educação de qualidade.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDBEN 9394/1996, Art. 29)

Baseada neste artigo a Escola Gente Inocente busca garantir que a criança tenha oportunidade de desenvolver habilidades e adquirir as competências esperadas para esta etapa da educação básica. Cumpre as funções de educar e cuidar, como complementaridade à ação da família visando o bem estar, o crescimento e o pleno desenvolvimento da criança. Desenvolve um trabalho pedagógico que considera as diferentes linguagens, ludicidade, interações sociais, educação e cuidados e organização da ação pedagógica.

A Escola Gente Inocente tem como missão possibilitar o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, de forma integral e integrada, constituindo-se no alicerce para o pleno desenvolvimento.

Uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pese, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades de origem sócio-econômica e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação. ... mas que os trabalhadores em educação (juntamente com os alunos e pais), quando participantes ativos, são de fundamental importância para a produção de uma escola de qualidade ou escola que apresenta resultados positivos em termos de aprendizagem. (DOURADO,2010, p.8)

Dourado (2010, p. 10), analisando a qualidade de educação em vários países membros da Cúpula das Américas, "ressalta que o êxito da qualidade da educação perpassa por múltiplas dimensões". Na escola Gente Inocente pode-se perceber essa premissa como verdade, pois, quando, ao elaborar o PPP, procurou-se definir o que era educação de qualidade e qual seria o papel da escola dentro da necessidade de oferecer educação de qualidade aos alunos. Concluiu-se que, educação de qualidade começa e termina fora da escola. Começa com políticas voltadas para a valorização do profissional responsável pelo ensino, manutenção de condições de trabalho, oferta, acesso, perpassa pelo comprometimento dos educadores, elaboração do seu PPP com a participação da comunidade, gestão

democrática e o produto final que é devolver para sociedade cidadãos críticos e participativos, capazes de viver e conviver em sociedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A escola possui uma equipe diretiva composta por três membros: diretora, vice-diretora e coordenadora, vinte e oito professores, três auxiliares de serviços gerais, quatro cantineiras, um oficial administrativo que trabalha como auxiliar de secretaria.

O prédio possui sete salas de aula, amplas e arejadas, atendendo a nove turmas por turno. Para isso, foi necessária uma adaptação da biblioteca e da videoteca, para uso como sala de aula. O laboratório de informática, atualmente desativado, foi adaptado para a bibliotecária contar histórias para as crianças. Por ter aberto quatro novas turmas, há carência de cadeiras para os alunos. As crianças estão usando os bancos da sala de informática.

O mobiliário é constituído por seis mesas pedagógicas com quatro cadeiras, dois armários de aço onde são guardados os materiais de uso coletivo dos alunos e professores, prateleiras para organização de brinquedos, estante para livros de literatura, quadro de giz, cartazes, espelho e calendários fixados na parede, ao alcance das crianças. Há um micro systen e um computador para cada sala de aula.

O prédio possui quatro banheiros para meninos e quatro para meninas, um para cadeirante e dois para professores. Na sala dos professores há uma geladeira, uma misteira e um micro-ondas.

A área externa possui espaços amplos, corredores, pátio, parquinho, banheiros, e bebedouros que favorecem a ampla circulação das crianças, permitindo que corram, saltem, balancem, subam, desçam, joguem bola, brinquem com água e areia, escondam-se, etc. Os pátios externos são utilizados tanto para atividades livres quanto para jogos e brincadeiras propostas pelas professoras. Há um grande espaço gramado na frente do prédio.

Há ainda, na área externa, um pátio coberto onde tem um palco de alvenaria e dois parquinhos: um em que os brinquedos são de plástico e ficam no piso de cimento e outro onde os brinquedos são de madeira e ficam no piso de areia; há também uma quadra sem cobertura.

A escola conta também com três depósitos, uma cozinha e uma despensa onde são armazenados os gêneros alimentícios e vasilhames. Na cozinha há uma geladeira e um freezer.

O refeitório é no pátio coberto próximo à cozinha e atende quarenta crianças por vez. Portanto, temos cronograma com horário para a merenda.

Na secretaria trabalham a auxiliar de secretaria, a diretora, a vice e a coordenadora. Temos na secretaria dois computadores com acesso à internet e uma copiadora.

A escola recebe anualmente uma verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no valor aproximado de R\$ 2.960,00 e R\$ 14.960,00 do convênio com a Prefeitura. Essas verbas chegam entre os meses de abril e junho e são destinadas a custeio, capital e pequenos reparos.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola atende as crianças de cinco anos (2º Período) de manhã e as crianças de quatro anos (1º Período) à tarde. Destas, vinte e quatro crianças frequentam as turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contraturno.

No turno matutino são nove turmas com vinte e três crianças em cada. E no vespertino são nove turmas com vinte crianças em cada. Cada turma tem o professor regente, a professora de biblioteca, o professor de Educação Física e o professor de Artes.

As crianças com patologias que comprometem a aprendizagem são encaminhadas às salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, no contraturno. Doze crianças que estudam no turno matutino frequentam as aulas na sala do AEE no turno da tarde. Doze crianças que estudam no turno vespertino frequentam a sala do AEE no turno matutino.

Para cada trabalho realizado com as crianças, planeja-se a forma mais adequada de organizar o mobiliário dentro da sala ou fora dela, aproveitando a área externa e outros espaços da escola, quando os projetos pedagógicos assim exigirem. A organização da sala de aula é flexível, se dá de acordo com a atividade planejada pela professora, contando com a cooperação das crianças que são responsáveis pela manutenção e conservação da sala e de seus materiais.

O número de horas em que a criança permanece na escola, os ritmos e diferenças individuais e a especificidade do trabalho pedagógico demanda planejamento constante da rotina, que deve ser clara e compreensível para as crianças, pois constitui fator de segurança para a mesma. A rotina orienta as ações de crianças e professores, possibilitando a antecipação de situações indesejadas.

As atividades começam na hora da rodinha. As crianças são recebidas pelas professoras, que propiciam momentos de descontração, para que elas se sintam acolhidas, seguras e pertencentes ao grupo. Para esses momentos são usados recursos como músicas, brincadeiras, jogos de mímicas, conversas informais para que as crianças troquem informações sobre suas experiências fora do convívio escolar. São também levantados assuntos acerca de projetos que estão em andamento, além das atividades propostas para serem realizadas no dia. São usadas fichas ilustrativas das diversas atividades, que são colocadas em um fichário de parede que constitui o "Planejamento Diário". O período de duração da rodinha varia de acordo com as atividades e serem desenvolvidas e a capacidade de concentração e interesse dos alunos. Em seguida, inicia-se o trabalho alternando atividades diversificadas, coletivas ou individuais.

Para a merenda, as crianças saem com a professora, em fila, a fim de lavarem as mãos. Se dirigem ao refeitório. Aqueles que não querem a merenda da escola esperam junto com professora até todos terminarem. Na volta, se acomodam, aqueles que trouxeram merenda forram a mesinha, cada uma com seu próprio guardanapo. Juntamente com a professora, as crianças cantam uma música alusiva à merenda e fazem uma oração coletiva de agradecimento ao alimento.

Após a merenda, é chegada a hora do recreio, que é realizado em vários ambientes da escola: pátio, parquinho e videoteca. A criança pode escolher onde quer ficar. O recreio tem duração de vinte minutos e nesse momento é percebida a interação das crianças. Vale ressaltar que o recreio é monitorado e supervisionado pela equipe diretiva e professores auxiliares e auxiliares de serviços gerais, que estão sempre atentos.

Após o recreio, as professoras buscam as crianças no pátio e as encaminham de volta à sala de aula e proporcionam uns instantes de relaxamento para a "volta à calma" com luzes apagadas e música suave.

São ainda realizadas as atividades que foram planejadas para o dia, finalizando com brincadeiras, distribuição de balões, giz no pátio e a rodinha final, onde as crianças ficam aguardando seus pais, responsáveis ou motoristas.

Essa rotina não é rígida, podendo ser modificada de acordo com os interesses e necessidades da turma.

A linha de trabalho pedagógico se baseia na teoria de Emília Ferreiro, a Psicogênese da Língua Escrita. A escola organiza a ação didático-pedagógica na Pedagogia de Projetos. Durante o ano são desenvolvidos projetos individuais, cada sala desenvolve o seu. Existem também os projetos institucionais onde toda escola participa de um único projeto. A matemática é ensinada de forma lúdica oferecendo à criança a oportunidade de interagir com o objeto, experimentando, analisando e levantando hipótese.

A escola Gente Inocente oferece uma educação oportunizando a criança construir o conhecimento através do manuseio de material concreto, observação, levantamento de hipóteses e elaboração de conclusões feitas pela própria criança e o professor participa do processo como orientador, dando condições da criança adquirir consciência crítica, independência e autonomia.

Dentro da elaboração dos projetos individuais, as professoras constroem com as crianças, promovem a interação com os alunos, dinamizam ao máximo as atividades, avaliam cada tarefa, sem deixar que as atividades se acumulem muito, incentivam a participação dos alunos em todas as fases do projeto, lêem sempre sobre o assunto, explicam detalhadamente cada atividade, se colocam sempre à disposição para eventuais dúvidas, acompanham sistematicamente o desenvolvimento do projeto.

3. CURRÍCULO

Com a Lei 11.114/2005, que institui a duração de nove anos para o Ensino Fundamental, as crianças de seis anos saem das escolas de educação infantil e são inseridas nas escolas de ensino fundamental. Essas mudanças podem ser entendidas como tentativa de ampliar o número de vagas oferecidas na educação infantil e aumentar a qualidade da educação oferecida.

Essas mudanças bateram de frente às práticas dos professores e isso gerou um "conflito pedagógico". A idade mínima para ingresso no ensino fundamental diminuiu e não houve mudança pedagógica. O trabalho de alfabetização feito com as crianças de seis anos (terceiro período) continuou sendo feito com as crianças de cinco (segundo período), mesmo sendo mais novos.

Além do conflito de inserir no ensino fundamental crianças de seis anos, houve também a criação das turmas de Atendimento Educacional Especializado, e para identificar as patologias e auxiliar essas crianças especiais, precisa-se estudar e conhecer a Proposta Pedagógica da Educação Especial.

Diante disso percebeu-se que os professores precisavam estudar para se adaptar às mudanças. Então depois de muitas reuniões e debates foi montado um grupo de estudos quinzenal. Alguns professores buscaram especialização.

Houve amplo estudo do Referencial Nacional Curricular da Educação Infantil. Desta forma, a equipe de professores deteve maior atenção à revisão da proposta pedagógica, para que fossem consideradas a finalidade da escola, a heterogeneidade dos alunos e a necessidade de inserir as crianças de seis anos no ensino fundamental.

A qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas ficam comprometidas, pois a cada mudança de administradores públicos, há uma nova política educacional. Estas mudanças governamentais periódicas interferem na política educacional. Quando estas geram insucesso, há a descrença do professorado em relação às mesmas. E o prejuízo seria menor se a reforma fosse elaborada com envolvimento e participação dos sujeitos mais diretamente interessados. Por isso, é importantíssimo ter a proposta pedagógica e as diretrizes curriculares explícitas no Projeto Político Pedagógico da escola, pois os atores envolvidos na elaboração, execução e análise tenderão a garantir que a política educacional se mantenha mesmo com a mudança dos administradores públicos.

A Escola Municipal Gente Inocente tem norteado sua prática pedagógica utilizando, como parâmetro, a proposta curricular da Rede Municipal de Ensino, revisada em 2012, pela equipe do Departamento Pedagógico, juntamente com coordenadoras e professoras da Educação Infantil. Esta proposta apresenta um conjunto de Metas e Ações Pedagógicas bimestrais a serem desenvolvidas em todas as escolas da rede municipal, com o objetivo de se ter um referencial, um rumo a seguir, observando as habilidades a serem desenvolvidas e as competências a serem adquiridas em cada faixa etária, considerando a proposta do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, MEC, 1998).

Nessa perspectiva, este Referencial concebe os conteúdos, por um lado, como a concretização dos propósitos da instituição e, por outro, como um meio para que as crianças desenvolvam suas capacidades e exercitem sua maneira própria de pensar, sentir e ser, ampliando suas hipóteses acerca do mundo ao qual pertencem e constituindo-se em um instrumento para a compreensão da realidade. (RCNEI, 1998, V. 1, p49)

A escola Gente Inocente tem um guia a seguir, estabelece metas, prevê ações. Mas, ela não está cerceada por um currículo estanque, imutável. Apresenta um currículo flexível, interdisciplinar. Busca desenvolver atitudes reflexivas, promover a inclusão social, aproximar os conteúdos trabalhados das reais necessidades de seus alunos, respeitando a pluralidade cultural e atendendo às especificidades das comunidades em que os mesmos estão inseridos.

O quadro curricular da Educação Infantil está assim distribuído: quatro módulos de linguagem oral, quatro de linguagem escrita, um de linguagem plástica, um de linguagem musical, um de ciências naturais e conhecimento físico, três de conhecimento matemático, quatro de movimento, quatro de formação pessoal, quatro de brincar, um de biblioteca, um de Educação Física e um de artes.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O calendário escolar é determinado pela Secretaria Municipal de Educação, com 200 dias letivos e seis dias escolares, destinados a reuniões administrativo-pedagógicas e conselhos de classe.

As crianças são enturmadas por proximidade de aniversário e o período diário de permanência destas na escola é de 4 horas, divididas em 8 módulos de 30 minutos, reservando quinze minutos destinado à alimentação e quinze minutos para o recreio.

Lembrando que crianças nessa faixa etária são puro movimento e muitas vivem em apartamentos, todos os dias as turmas vão ao parquinho por trinta minutos, com horário previamente determinado. Na escola há outros espaços que as turmas usam durante a semana: pátio coberto e área de convivência, que é uma pracinha com bancos de alvenaria embaixo de um lindo pé de flamboyant vermelho dentro da escola. Os espaços internos e externos são utilizados das mais variadas formas, diversificando a dinâmica do trabalho pedagógico.

O professor tem seis horas semanais para planejar suas atividades. No dia em que a turma tem aula de educação física e artes, o professor regente faz quatro horas de coordenação na escola. Para completar o terço de hora atividade descrito na LDBEN 9394/96, o professor recebe no salário o valor referente à duas horas semanais e as cumpre em casa.

Os professores coordenam em duplas. As duplas são formadas observando a proximidade de faixa-etária da turma. A Coordenadora participa do planejamento de todas as duplas e faz o papel de multiplicadora. Todos conhecem o que foi planejado pelo colega. O planejamento é semanal e as duplas que planejam juntas fazem um planejamento parecido. Há a referência geral, mas cada professor observa as especificidades da sua turma. Cada professor possui um portifólio onde há espaço para registro do planejamento semanal e registro das observações feitas durante o processo de ensino-aprendizagem.

Para garantir o planejamento coletivo, temos o Projeto Monitoria de Pais, semestralmente. Neste projeto os pais vem dar aulas do início do turno até a hora do recreio, ficam duas horas na turma. Tudo sob a supervisão da coordenadora. Na semana anterior, ao dia em que darão aula, eles vem à escola, se conhecem, planejam e preparam as atividades. Esse projeto acontece duas vezes ao ano, em

maio e setembro, com o objetivo de garantir encontro de toda equipe, para a elaboração de projetos institucionais e avaliação da prática pedagógica.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

As escolas municipais de Ipatinga já contam com a lei nº 45/2012 que dispõe sobre a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município de Ipatinga. Na última eleição, o mandato foi estipulado para três anos, tendo início em 01 de janeiro de 2013, terminando em 31 de dezembro de 2015. Participaram da eleição funcionários e pais de alunos.

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas e em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um "todo" orientado por uma vontade coletiva. (LUCK, 1996, p.37).

A afirmação de Luck (1996, p.37) nos remete a concluir que na E. M. Gente Inocente a educação de qualidade se conquista através do diálogo entre as partes envolvidas e sempre que se faz necessário discute-se e decide-se em conjunto, pois considera-se muito importante que as discussões e deliberações contem com a participação da equipe diretiva, demais funcionários e representantes do Conselho Escolar.

Para Gonçalves (2001, p.49)

o processo de tomada de decisão é de grande importância... e é preciso antes de mais nada que ocorra em um ambiente favorável de pessoas motivadas ..., pois em uma administração colegiada é ...necessário o envolvimento geral dos sujeitos participantes do processo educacional.

Portanto, as decisões são feitas no coletivo. Quando o assunto a ser tratado está diretamente ligado ao pedagógico, e é urgente, a equipe diretiva se reúne com os professores no horário do recreio e toma as decisões em conjunto.

O Conselho Escolar é eleito anualmente e é formado pelos profissionais da escola e pais. Não há representação de alunos porque eles tem apenas 4 e 5 anos. O Conselho Escolar se reúne bimestralmente e quando necessário, é convocado extra ordinariamente.

Alguns pontos não são discutidos no âmbito da escola, pois a SME determina e cabe à gestora, comunicar à comunidade escolar.

O Conselho de Classe se reúne bimestralmente, conforme calendário escolar, e participam dele os professores regentes, educação física, artes, biblioteca, a coordenadora e a diretora. É feito um cronograma com o horário específico de cada

turma. Há a apresentação do rendimento individual de cada aluno. Neste momento, discute-se e avalia-se o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, e reorganiza-se as ações pedagógicas. Todas as informações e ações propostas no Conselho de Classe são registradas em ata. As reuniões estruturam-se a partir dos objetivos definidos em função das necessidades pedagógicas prioritárias das turmas.

A equipe diretiva tem uma proposta de avaliação de todos os envolvidos no processo educacional que deverá ser feita semestralmente, em junho e em dezembro.

A equipe diretiva baseia suas ações na participação coletiva e busca soluções levando em consideração a opinião de todos os envolvidos seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações na escola são pautadas pela solidariedade, reciprocidade e participação coletiva. As situações problemas são resolvidas sempre que possível, assim que surgem.

Em sala de aula, no início do ano letivo, os professores fazem junto com as crianças, as regras que devem ser seguidas, estimulando a cooperação e a parceria. Essas regras são chamadas de "combinados" e, aqueles que demonstram dificuldade de cumprir os combinados, são chamados ao diálogo pela diretora, e quando a conversa não resolve, os pais são chamados e medidas cabíveis são tomadas, que podem ser encaminhamento ao pediatra, psicólogo ou simplesmente trabalhar limites em casa.

Quando há conflitos que envolvem crianças, primeiro a equipe gestora busca a melhor forma de resolver e chama os envolvidos para uma conversa. Caso não consiga resolver a questão desta forma, os pais são chamados a comparecer à escola para juntos acharem uma solução.

E quando os envolvidos são criança e adulto, ouve-se individualmente e, se necessário, chama-se os pais.

Quando os conflitos envolvem adultos, os dois são chamados na presença da diretora e da vice e, através do diálogo, tenta-se resolver o problema.

Em relação à formação inicial e continuada da equipe de professores, todos possuem graduação, e a maioria possui pós-graduação, sendo um quadro de apenas dois professores contratados e todos os outros, efetivos.

A SME oportuniza cursos de formação no horário de trabalho, no dia de coordenação. A escola possui um programa próprio de capacitação, autorizado pela Secretaria de Educação. Semanalmente, uma equipe de professores é responsável por organizar e conduzir os estudos, com carga horária de 3 horas. Quinzenalmente, o grupo de professores se reúne na escola, no turno noturno, para estudar.

No que diz respeito à relação com as famílias, estas se fazem presentes durante todo processo educacional. Uma vez por mês uma turma apresenta uma peça de teatro para seus familiares e para os colegas da escola. São oferecidas palestras dentro do Projeto "Integrar para melhor Educar". Há também a Monitoria de Pais os pais vão à escola e dão duas horas de aula para as crianças, garantindo tempo para que o coletivo da escola se reúna.

O Projeto "Integrar para melhor Educar" acontece bimestralmente. O objetivo do Projeto é ajudar os pais na educação dos filhos e criar uma identidade entre família e escola. São convidados profissionais da área da saúde e da educação para conversar com os pais sobre as características das crianças de 4 e 5 anos e suas necessidades.

7. AVALIAÇÃO

É importante ressaltar que a legislação da educação vigente apresenta a avaliação como ponto fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem do educando, explicitada no Art. 31 da Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação.

Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (Brasil, 1996).

A avaliação na educação infantil não tem objetivo de promoção e não constitui pré-requisito para acesso ao ensino fundamental, a LDBEN 9394/96 traz uma posição clara contra as práticas de alguns sistemas e instituições que retêm as crianças na pré-escola até que se alfabetizem, impedindo seu acesso ao ensino fundamental aos seis anos de idade.

Avaliação pressupõe sempre referências, critérios, objetivos e deve ser orientadora, visar o aprimoramento da ação educativa, assim como o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tem como norteador os objetivos estabelecidos no projeto político pedagógico da instituição.

O professor deve desenvolver habilidades de observação e de registro do desenvolvimento da criança e refletir permanentemente sobre sua prática, aperfeiçoando-a no sentido do alcance dos objetivos. Esse registro é feito no portfólio individual de cada criança, onde são registradas as avaliações de linguagem escrita, linguagem oral, linguagem matemática e conceito de número, em que avalia-se os aspectos qualitativos e quantitativos. São anexadas ao portfólio as atividades feitas pelas crianças. O registro no portfólio é feito bimestralmente pelo professor regente e pelos professores das demais disciplinas como artes e educação física, e é apresentado aos pais no período destinado às reuniões de pais. Porém, conforme instrução da SME, o boletim só é apresentado aos pais semestralmente. Portanto, os pais tem liberdade para marcar um horário com a professora e a coordenadora, e comparecer à escola periodicamente para acompanhar o desenvolvimento de seu filho, tendo acesso ao portfólio.

A avaliação do aluno pressupõe a avaliação da escola. No início do ano letivo é feito uma avaliação diagnóstica nas crianças. Essa avaliação norteia o início do processo educacional. Ao longo dos bimestres as crianças são avaliadas e o resultado dessas avaliações dá uma visão do ensino oferecido pela escola.

O processo e os instrumentos de avaliação dos funcionários da escola estão em construção; atualmente é realizada a avaliação de desempenho encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura. As avaliações que a escola realiza ainda são insuficientes, principalmente as que se referem aos profissionais. Faz-se necessária uma grande mudança nessa área.

Souza destaca a importância da avaliação ter o aluno como ponto de partida.

Isto deve ter como ponto de partida o aluno, mas a avaliação institucional não se esgota nos elementos que podem ser observados diretamente nos alunos, é preciso considerar, também, aqueles aspectos que são mediadores do processo pedagógico. (SOUZA, 2010, p. 2)

Porém, Souza nos dá um alerta "é preciso estar atentos aos mediadores". Pois eles nos mostram para onde devemos seguir para garantir educação de qualidade e a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Para definir que elementos podem ser chamados de indicadores e valem a pena compor um debate sobre a qualidade do trabalho da escola e subsidiar a tomada de decisões sobre o rumo desta escola... (SOUZA, 2010, p.6)

A eficácia do ensino perpassa pela avaliação de todos os envolvidos no processo. Porém, a avaliação só é legítima se o avaliador participa da construção do processo educativo. Pois só quem está inserido no contexto da escola tem competência para opinar e propor mudanças quando for necessário. Por isso, a Escola Municipal Gente Inocente tem tentado garantir a participação efetiva de pais de alunos, professores e demais funcionários na construção da proposta pedagógica através do Projeto Político Pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste Projeto Político Pedagógico (PPP), percebeu-se que a Escola Municipal Gente Inocente tem se preocupado em garantir uma educação de qualidade e possui uma gestão democrática. Porém, alguns pontos devem ser ressaltados.

A escola ainda não conseguiu vencer o desafio de garantir a participação efetiva dos pais, pois uma grande porcentagem deles mora fora da comunidade em que a escola está inserida. Mediante isso, a escola deve flexibilizar o horário das reuniões que devem ser feitas, seja do Conselho Escolar ou apenas de pais e professores. Faz-se necessário uma intervenção para sanar esse problema.

Outro problema que foi identificado é que o primeiro bimestre é bem agitado, porque quase 70% dos alunos estão tendo o primeiro contato com a escola. Diante deste fato, a escola tem dificuldade de diferenciar a criança sem limites daquela portadora de alguma patologia. É nesse período que as professoras observam e solicitam auxílio de um profissional da saúde especializado para detectar possíveis problemas de vista, TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), autismo e outros.

Estas e outras questões devem ser diagnosticadas, analisadas e discutidas no coletivo da escola, buscando traçar alternativas viáveis para a superação dos problemas. Pois quando há discussão entre os atores envolvidos no processo educativo, e as ações propostas são registradas em documento, como neste caso, no PPP, o compromisso dos envolvidos em "fazer dar certo", é bem maior.

A Escola Municipal Gente Inocente, ao longo de seus 40 anos, se preocupou em oferecer educação de qualidade, e a elaboração coletiva do PPP trouxe a abertura do grupo à discussão. Antes só os professores e equipe diretiva discutiam as ações relativas ao pedagógico, agora todos participam do processo de decisões. O PPP orienta a cumprir planos e metas e rever objetivos.

Porém, educação de qualidade não se faz apenas com profissionais comprometidos. É preciso que os dirigentes municipais cumpram com as determinações legais.

A distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica:... • II - pré-escola em tempo integral;... • § 40 O direito à educação infantil será assegurado às crianças até o término do ano letivo em que completarem 6 (seis) anos de idade. (FUNDEB – Lei 11494/2006)

Só com a junção de gestão democrática, profissionais comprometidos e investimentos, pode-se garantir a oferta de educação de qualidade. Investimentos pressupõe oferta de capacitação para professores, reestruturação da rede física, ampla discussão, análise e reestruturação da proposta pedagógica.

Percebe-se que o PPP é de fundamental importância para a escola porque nele constam os direcionamentos a serem tomados em relação ao processo de ensino aprendizagem, como a adequação do currículo, a realidade da escola e organização da mesma.

Porém, a construção do PPP não é uma tarefa fácil. Garantir a participação da comunidade escolar é um desafio a mais no cenário educacional. Mesmo com dificuldade, garantiu-se que os representantes dos segmentos envolvidos estivessem presentes, levando em consideração a importância de participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e, através dele, acompanhar o desenvolvimento do processo educativo em que está inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 20/03/2013.

BRASIL, Secretaria de Educação. Referencial Nacional Curricular da Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto. Volume 1. Brasília: MEC/SEF, 1988
, LDBEN nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. <i>Diário Oficial da União</i> , Brasília, 23 dez. de 1996.
CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública . Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ es/ v28n100/ a1828100.pdf. Acesso em 26/03/13
DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 22/03/2013.
ESCOLA DE GESTORES, MEC. Território e Lugar: espaços da complexidade. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 26/03/13
, MEC. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em26/03/2013.
, MEC. Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 24/03/2013
, MEC. Avaliação institucional: elementos para discussão. Disponível

em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27/03/2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola? GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 26/03/13

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/. Acesso em 25/03/13

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÂO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: http://www..org curriculosemfrnteiras /vol6iss2articles/lopes.pdf.Acesso em 24/03/2012.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas:** limites e avanços - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 24/03/2012.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação:** o processo e o produto - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 22/05/3/2013

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto políticopedagógico (PPP) da escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 20/03/2013.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O Professor Desencantado**: Matizes do Trabalho docente. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2009. 152p.

SOUZA, Angeio Ricardo de et Ai. Caminnos possiveis na construção da gestad
democrática da escola. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em
222/03/2013
, Ângelo Ricardo (et al.). Níveis do planejamento educacional. 2010
Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 22/03/2013.
, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão
democrática da escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso
em 25/03/13
, Ângelo Ricardo (et al.). Avaliação institucional: A avaliação da escola
como instituição – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em
21/03/2013